



**Ministério da Justiça e Cidadania  
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania  
Departamento de Políticas de Justiça**

**9ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP  
Memória – 24/05/2016, realizada na Sala de Reuniões Ana Paula Galdino, DRCI**

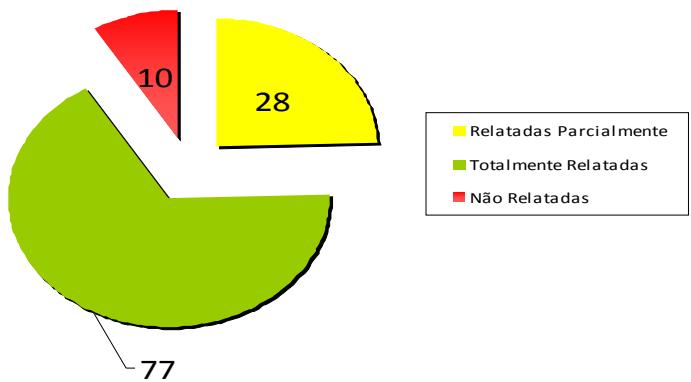
<b>LISTA DE PRESENÇA</b>			
<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>EMAIL</b>
André Luiz Alves Barcellos	SPI/MPOG	(61) 2020-4386	andre.barcellos@planejamento.gov.br
Alessandra Xavier Nunes	MJ	(61) 2025-9061	alessandra.macedo@mj.gov.br
Anita Cunha Monteiro	SPM	(61) 3313-7388	anita.monteiro@spm.gov.br
Anna Carolina Aureliano	SPM	(61) 3313-7477	anna.aureliano@spm.gov.br
Danilo Vergani Machado	SDH	(61) 2027-3198	danilo.machado@sdh.gov.br
Davi Ulisses Brasil Simões Pires	MJ	(61) 2025-3330	davi.pires@mj.gov.br
Fernanda Leão	DAC/MRE	(61) 3313-7380	fernanda.leao@itamaraty.gov.br
Gabriela Cunha Ferraz	SPM	(61) 2025-9584	gabriela.ferraz@spm.gov.br
Janaina Frederico	COCIT/MRE	(61) 2030-8202	janaina.frederico@itamaraty.gov.br
João Guilherme	DEMIG	(61) 2025-9858	
Juliano Mattos Rodrigues	MS	(61) 3315-9160	juliano.rodrigues@sauda.gov.br
Lucicleia Souza e Silva Rollemburg	ETP/MJ	(61) 2025-9333	lucicleia.silva@mj.gov.br
Luis Alberto Matos dos Santos	CNIG/MTE	(61) 2031-6417	luiz.alberto@mte.gov.br
Marcos Filipe Jardine Moreira Guerra	MTUR	(61) 2023-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Marcos Leônicio Sousa Ribeiro	DPF/MJ	(61) 2024-8025	leoncio.mlslr@dpf.gov.br
Maria América Bonfim	MEC	(61) 2022-9205	maria.bonfim@mec.gov.br
Maria Angélica Iguararema R. da Costa	SEPPIR	(61) 2025-7030	maria.iguaracema@seppir.gov.br
Musa Denaise de Sousa Moraes de Melo	MS	(61) 3315-9124	musa.melo@sauda.gov.br
Nilce Cunha Rodrigues	MPF/PFDC	(85) 3266-7316	nilce@mpf.mp.br
Patrícia Ponte Araújo	MPF/PFDC	(61) 3105-6084	patriciaponte@mpf.mp.br
Pedro de Paula Lopes	DPU	(81) 3194-1200	pedro.lopes@dpu.gov.br

Priscilla Gonçalves Marques	DRCI/MJ	(61) 2025-9938	priscilla.marques@mj.gov.br
Priscilla Oliveira	SENASA/P/MJ	(61) 2025-9075	priscilla.oliveira@mj.gov.br
Renata Braz Silva	ETP/MJ	(61) 2025-3098	renata.braz@mj.gov.br
Rodrigo Martins Prates	MD	(61) 3312-4137	rodrigo.prates@defesa.gov.br
Rodrigo Morais Lima Delgado	SNAS/MDSA	(61) 2030-3211	rodrigo.delgado@mds.gov.br
Rogério de Oliveira Gonçalves	MD	(61) 3312-8631	rogerio.goncalves@defesa.gov.br
Rumar Cardoso de Azevedo	SESGE/MJ	(61) 2025-2021	azevedo.rca@mj.gov.br

<b>PAUTA</b>	
<b>1) Abertura.</b>	O Sr. Davi Pires, Diretor do Departamento de Justiça e Cidadania, abriu os trabalhos dando as boas vindas aos participantes do GI. Agradeceu a presença de todos, ressaltando a presença de um grande quórum. Seguiu-se a abertura com uma breve rodada de apresentação.
<b>2) Considerações da Coordenação Tripartite</b>	<p>- O Sr. Davi Pires fez algumas considerações e resgatou a importância da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas ser transversal. Relatou que a coordenação tripartite, que antes se encontrava dentro da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Ministério da Justiça, no momento, encontram-se todas dentro do Ministério da Justiça, em um novo processo de reestruturação. Articulou que houve mudanças internas dentro do Ministério da Justiça e especificamente dentro do Departamento de Política de Justiça, que também mudou o nome. Apresentou a Sra. Renata Braz, que está integrando a equipe de enfrentamento ao tráfico de pessoas.</p> <p>- A Sra. Renata Braz, coordenadora do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, fez uma breve apresentação, informou ser analista de políticas sociais, trabalhou no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, agora, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, com o programa bolsa família. Agradeceu a presença de todos. Explanou que é um momento de aprendizagem e manifestou sua felicidade em integrar a equipe.</p> <p>-A Sra. Lucicleia Rollemburg, Coordenadora Adjunta, relembrou que o II Plano Nacional, de vigência de 4 anos, está chegando ao final no término deste ano. Ressaltou que essa etapa é de grande importância para a política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas que deve se preparar para a avaliação desse segundo ciclo de ações e identificar os desafios que ainda estão postos. Segundo a sua fala apresentou alguns informes administrativos, afirmando que apesar de na última reunião ter informado que iriam publicar a portaria com as indicações dos novos representantes dos Ministérios (MJ, MINC, MTR, MDS, MS, MEC, Casa Civil e MRE) optaram, devido à instabilidade e as mudanças recorrentes, por adiar a publicação. Assim, quando as reestruturações dos ministérios se consolidarem será providenciado o encaminhamento de novos expedientes para os representantes</p>

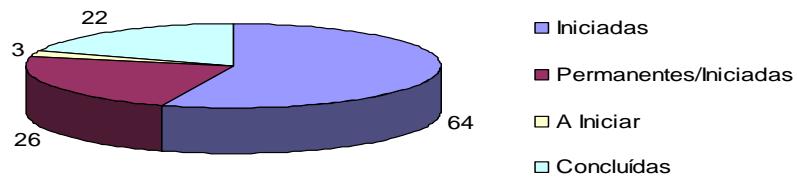
	<p>que assumirem as pastas para que renovem ou indiquem novos representantes junto ao Grupo Interministerial (GI).</p> <p>Informou que, durante o último semestre não foi possível a realização de reuniões bilaterais, entretanto, foi realizado um projeto piloto de avaliação das metas do II PNETP, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, testado em uma oficina realizada no 6º Encontro de Chefes de Delegacias de Defesa Institucional e Descentralizadas do Departamento da Polícia Federal, que ocorreu no mês de maio em Fortaleza.</p>																																				
<b>3) Análise da Coordenação Tripartite</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Sra. Lucicleia Rollemburg apresentou a análise da Coordenação Tripartite feita com base nos relatórios apresentados pelos ministérios até o dia 10/05/2016. Neste aspecto, informou que foram recebidos dezesseis relatórios, além dos informes do Ministério Público Federal.</li> <li>- Acrescentou que dos 21 relatórios a serem recebidos, 16 apresentaram a 8ª relatoria e 5 não entregaram até o dia 10 de maio.</li> </ul> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #6B8E23; color: white;"> <th style="text-align: center; padding: 5px;">Entregaram o Relatório</th> <th style="text-align: center; padding: 5px;">Não Entregaram o Relatório</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">DEMIG/SNJ/MJ</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MEC (06)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">DPJUS/SNJ/MJ</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MINC (01)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">DPF/MJ</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">SDH (20)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">DPRF/MJ</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">SENASP/MJ (10)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">DPU</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">SESGE/MJ (01)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">DRCI/SNJ/MJ</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MD</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MDA</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MPOG</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MRE (COCIT)</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MRE (DAC)</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MS</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MTPS</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MTUR</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">SPM</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;">MDS</td> <td></td> </tr> <tr style="background-color: #6B8E23; color: white;"> <td style="text-align: center; padding: 5px;"><b>16</b></td> <td style="text-align: center; padding: 5px;"><b>5</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Relatórios Enviados até o dia 10/05/2016.</p> <p>Verificou-se um saldo positivo de metas relatadas, sendo que das 115 metas:  -77 foram totalmente relatadas.  -28 foram parcialmente relatadas, ou seja, são metas que um dos líderes não apresentou o relato, mas existe relatoria de algum dos outros líderes ou co-líderes.  -10 sem relato algum.</p>	Entregaram o Relatório	Não Entregaram o Relatório	DEMIG/SNJ/MJ	MEC (06)	DPJUS/SNJ/MJ	MINC (01)	DPF/MJ	SDH (20)	DPRF/MJ	SENASP/MJ (10)	DPU	SESGE/MJ (01)	DRCI/SNJ/MJ		MD		MDA		MPOG		MRE (COCIT)		MRE (DAC)		MS		MTPS		MTUR		SPM		MDS		<b>16</b>	<b>5</b>
Entregaram o Relatório	Não Entregaram o Relatório																																				
DEMIG/SNJ/MJ	MEC (06)																																				
DPJUS/SNJ/MJ	MINC (01)																																				
DPF/MJ	SDH (20)																																				
DPRF/MJ	SENASP/MJ (10)																																				
DPU	SESGE/MJ (01)																																				
DRCI/SNJ/MJ																																					
MD																																					
MDA																																					
MPOG																																					
MRE (COCIT)																																					
MRE (DAC)																																					
MS																																					
MTPS																																					
MTUR																																					
SPM																																					
MDS																																					
<b>16</b>	<b>5</b>																																				

### VIII Relatório: Status de Relatos das 115 Metas



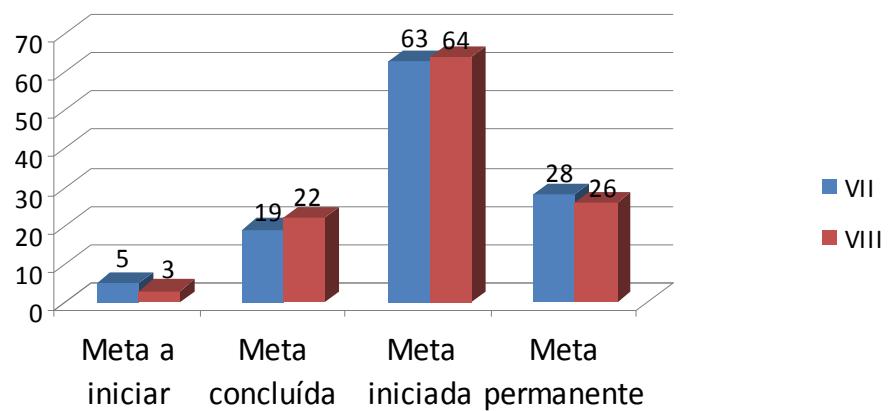
O status atual das 115 metas é de: 64 metas iniciadas, ou seja, elas estão avançando, já tiveram relatos de início de progresso, 26 com status de permanente e que já foram iniciadas, ou seja, permanentes, pois vão para além do segundo Plano, já foram incorporadas na própria atividade do órgão que está relatando e com certeza são ações que irão continuar sendo realizadas após o II Plano. Somente 3 metas ainda não foram iniciadas e 22 estão com o status de concluídas. Alertou para que os representantes dos órgãos, em especial os que indicaram metas como concluídas, observem se os relatórios demonstram que atenderam todos os indicadores de progresso e resultado. Para tanto, pediu que revisem os relatos para se certificarem de que estes estão demonstrando o cumprimento do que foi demandado nos respectivos indicadores. Lembrou que a análise de cumprimento ou não das metas tem por base os relatórios apresentados pelos órgãos executores.

### Status das 115 Metas



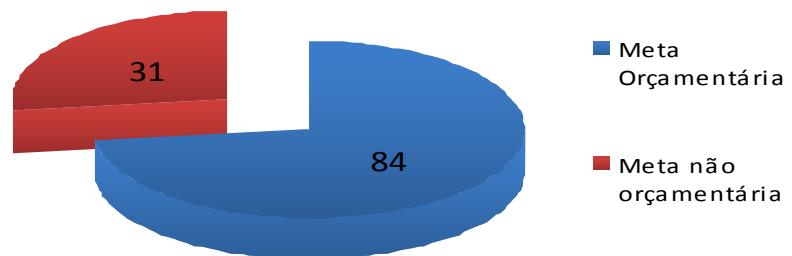
Fazendo um comparativo do último relatório com o relatório atual, verificamos que tínhamos 5 metas a iniciar até o sétimo relatório. Tendo sido iniciadas mais duas. Então, temos apenas 3 metas a serem iniciadas e concluídas em 2016. Foram concluídas 3 metas, passando de 19 para 22 metas nesta categoria. Houve uma mudança das iniciadas, o indicativo de 63 metas agora são 64 iniciadas, porque ocorreu migração da meta. Atualmente, temos o indicativo de 26 metas permanentes.

## Análise das 115 Metas VII versus VIII Relatórios



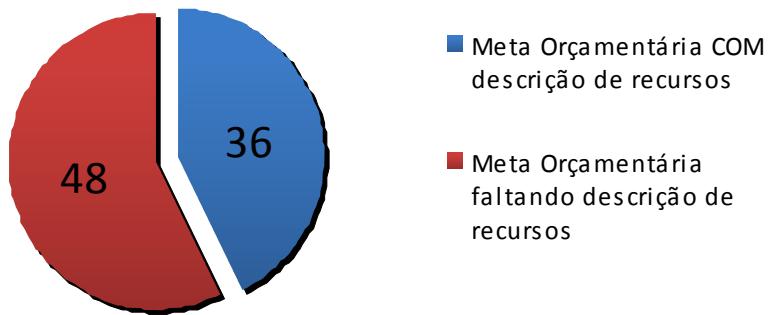
Quanto ao orçamento, 84 são orçamentárias e 31 não orçamentárias.

## Status das 115 Metas Orçamentárias versus Não Orçamentárias



Das 84 metas que são orçamentárias, somente 36 estão com o indicativo de descrição dos recursos gastos pelos órgãos, sendo este ponto um aspecto negativo desta 8<sup>a</sup> relatoria. Ressalta-se que já estamos no penúltimo relatório de monitoramento sendo que, desde o início, temos alertado para a necessidade dos órgãos relatarem os recursos gastos com as ações descritas em suas metas. Alerta-se, então, nessa reta final, para que façam o esforço de se prepararem para a última relatoria indicando o montante dos recursos gastos com suas ações. Salientou-se que os órgãos que não têm o orçamento específico a ser gasto com o tema tráfico de pessoas, podem informar os valores globais, bastando indicar que é um quantitativo global dos recursos da área ou de um determinado projeto em que a ação citada foi executada.

### **Status das Descrições de Recursos das 84 Metas Orçamentárias Relatadas**



- Seguindo à análise, a Coordenadora Adjunta passou a apresentar as considerações, por linha operativa, formuladas pela Coordenação Tripartite:

#### **Linha Operativa 01**

A linha operativa 1 trata do aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento do tráfico de pessoas, ou seja, têm enfoque na produção de propostas normativas. Em sua maioria, as metas dessa linha operativa demonstram um bom avanço na sua execução. Contudo, não foram identificados avanços no que se refere à aprovação dos projetos de leis importantes para o avanço da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dentre estes, os que dispõem sobre o estatuto do migrante e o projeto de lei específico do tráfico de pessoas. Ambos aguardam aprovação no Congresso Nacional. Identifica-se, de acordo com os relatos, que a estagnação no avanço de boa parte das metas previstas nessa linha operativa se deve à morosidade na aprovação de projetos que tramitam no poder legislativo. É composta por uma atividade, com nove metas, sendo que duas estão com indicativo de metas concluídas (1.A.2; 1.A.4), 4 com indicativo de metas iniciadas ( 1.A.3; 1.A.6; 1.A.8; 1.A.9); e 2 são permanentes de natureza continuada (1.A.1 e 1.A.5).

A Coordenação Tripartite pede atenção ao líder (MPOG) da meta 1.A.7 – única meta à iniciar, em que o atual relato informa que ainda não foram realizadas ações. Parceiros mais adequados para colaboração concreta na elaboração desta proposta estão sendo prospectados.

#### **8º Relatório:**

<u>Avanço (03)</u>	<u>Estagnação (06)</u>
<b>1.A.1; 1.A.5; 1.A.9</b>	<b>1.A.2; 1.A.3; 1.A.4; 1.A.6; 1.A.7; 1.A.8</b>

### **Linha Operativa 02**

A linha operativa 2 trata da integração e fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimento e organizações para prestação de serviços necessários ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. É a mais robusta do II PNETP, sendo composta por 8 atividades e 62 metas. Dessas, 07 possuem indicativo de concluídas: 2.A.3; 2.B.3; 2.D.1; 2.D.5; 2.D.7; 2.D.12; 2.G.6. Destacam-se as ações executadas no âmbito dessa linha operativa para a integração e fortalecimento de ações entre parceiros governamentais e da sociedade civil para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e para as articulações realizadas por meio dos Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o fortalecimento da atuação em rede. Neste aspecto, importante ressaltar o sucesso de projetos como o MT Brasil-Migrações Transfronteiriças que vêm sendo desenvolvido com a parceria de diversos órgãos. Dentre estes: SNJ/MJ, DPF/MJ, DEMIG/MJ, MTPS e SPM e o Projeto Fronteiras da SPM. Novamente, reforça-se a necessidade de diálogo entre os líderes da meta 2.C.1 que visa a criação de estratégia de integração de atores que atuam nas fronteiras para melhoria na implementação da meta, em especial, Senasp, PF e PRF. Em relação a solicitação feita pelo MDS para dar a meta 2.D.16 como concluída em função de sua impossibilidade de execução, ressalta-se a importância da apresentação formal ao GI da Nota Técnica fundamentando a posição do órgão. O MDS informa ter concluído a meta 2.D.7, contudo, pedimos que sejam observados os indicadores de progresso e de resultado para que possibilite o aprimoramento do relato. Por fim, outra meta que exige atenção, pois se encontra estagnada, é a 2.E.8 sob a liderança da PF, que indica a criação de Delegacias especializadas de combate aos crimes contra direitos humanos.

#### **8º Relatório:**

<u>Avanço (37)</u>	<u>Estagnação (18)</u>
<b>2.A.1, 2.A.2, 2.A.4, 2.A.5</b>	<b>2.D.4, 2.D.6, 2.D.8, 2.D.10, 2.D.16, 2.D.18</b>
<b>2.B.1, 2.B.2, 2.B.4, 2.B.5</b>	<b>2.E.2, 2.E.4, 2.E.6, 2.E.8</b>

	<b>2.C.1, 2.C.2, 2.C.3, 2.C.4</b>	<b>2.F.1, 2.F.2, 2.F.5</b>
	<b>2.D.2, 2.D.3, 2.D.9, 2.D.11, 2.D.13,</b> <b>2.D.14, 2.D.15, 2.D.17, 2.D.19</b>	<b>2.G.1, 2.G.7</b>
	<b>2.E.1, 2.E.3, 2.E.5, 2.E.7, 2.E.9,</b> <b>2.E.10, 2.E.11, 2.E.12</b>	<b>2.H.1, 2.H.2, 2.H.3.</b>
	<b>2.F.3, 2.F.4, 2.F.6</b>	
	<b>2.G.2, 2.G.3, 2.G.4, 2.G.5</b>	
	<b>2.H.4</b>	

### **Linha Operativa 03**

A linha operativa 3 trata da capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. É composta por 1 atividade e 25 metas. Nessa linha operativa identificamos um bom avanço na execução geral, com a indicação de 04 metas concluídas (3.A.1; 3.A.2; 3.A.6; 3.A.24). Contudo, observa-se que se faz necessário uma melhor qualificação dos relatos. Recomenda-se assim, que nas metas que indicam a realização de capacitações sejam apontados:

- os locais dos cursos/ capacitação/ eventos;
- Se for no âmbito de algum projeto, que se faça uma breve contextualização do projeto;
- O número de pessoas capacitadas;
- O perfil do público capacitado (observar o perfil solicitado na meta para verificar se estão atendendo);
- Indicar o principal objetivo da capacitação e se a temática do tráfico de pessoas foi inserida no curso;

Das 25 metas, 08 metas não foram analisadas por ausência de relatório. Não foi acusado o recebimento do relatório dos seguintes órgãos:

1. MEC (03 metas);
2. SDH (02 metas);
3. SENASP/MJ (03 metas).

### **8º Relatório:**

<b><u>Avanço (9)</u></b>	<b><u>Estagnação (4)</u></b>
<b>3.A.5</b>	<b>3.A.8</b>
<b>3.A.9</b>	<b>3.A.10</b>
<b>3.A.12</b>	<b>3.A.13</b>
<b>3.A.14</b>	<b>3.A.18</b>
<b>3.A.15</b>	

<b>3.A.17</b>	
<b>3.A.19</b>	
<b>3.A.23</b>	
<b>3.A.25</b>	

#### **Linha Operativa 04**

A linha operativa 4 trata da produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas. A referida linha operativa é composta por 3 atividades e 15 metas, sendo que 06 metas já possuem o indicativo de concluídas: 4.A.3; 4.B.1; 4.B.2; 4.B.3; 4.C.2; 4.C.3. A Coordenação Tripartite pede atenção aos líderes das metas 4.A.2; 4.A.7; 4.A.4 e 4.C.1, que se encontram estagnadas desde o 7º relatório, bem como para a meta 4.A.2 (SDH e SPM) que não foi iniciada até a presente data. Destacam-se os avanços apresentados nas metas 4.A.1 e 4.C.4 (DPJUS), meta 4.A.6 (MS), bem como da meta 4.A.8 (DPJUS e DPF), que apresentavam estagnação nos relatos anteriores. Esse avanço se deve à assinatura, no início de 2016, de Acordo de Cooperação Técnica entre a SNJ/MJ e o PNUD.

#### **8º Relatório:**

<b><u>Avanço (3)</u></b>	<b><u>Estagnação (6)</u></b>
<b>4.A.6</b>	<b>4.A.1</b>
<b>4.A.8</b>	<b>4.A.2</b>
<b>4.C.4</b>	<b>4.A.4</b>
	<b>4.A.5</b>
	<b>4.A.7</b>
	<b>4.C.1</b>

#### **Linha Operativa 05**

A linha operativa 5 trata da realização de campanhas nacionais. É composta por 1 atividade com 4 metas. Neste último relato constatam-se progressos nas metas 5.A.1 e 5.A.4, que abrangem a realização de campanhas nacionais, pois se renova a cada ano com a Campanha Coração Azul e a Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que ocorre na semana do dia 30 de julho (Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas). Pede-se especial atenção ao MINC, líder da meta 5.A.2, (Critérios condicionantes estabelecidos nos editais de fomento à cultura, para a divulgação do enfrentamento ao tráfico de pessoas de acordo com a linguagem do projeto a ser financiado), pois apresenta estagnação e ausência de relato. A meta 5.A.3 (Campanha nacional de conscientização e sensibilização para

	<p>erradicação do trabalho escravo realizada) da liderança da SDH, também apresenta estagnação e nunca foi relatada. Importante ressaltar que na última reunião, foi feito pedido de apoio ao MTPS, colaborador da referida meta, no sentido de mapear ações no âmbito do seu Ministério para contribuir com a referida relatoria.</p>
<b><u>8º Relatório:</u></b>	
<b><u>Avanço (2)</u></b>	<b><u>Estagnação (2)</u></b>
5.A.1	5.A.2
5.A.4	5.A.3
<b>4) Rodada de Avaliação do GI sobre os progressos e dificuldades encontradas na implementação do II Plano e saneamento das pendências.</b>	<p>- O Sr. Rodrigo Delgado, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, questionou sobre as metas 2.D.4 e 2.D.6 terem sido avaliadas como estagnadas, visto que são relatadas com freqüência e ele as consideram com avanço e solicitou uma reavaliação por parte da Coordenação Tripartite.</p> <p>- A Sra. Lucileia solicitou um agendamento de reunião bilateral com o MDSA para tratar da meta 2.D.6, que trata dos serviços de acolhimento institucional assegurados pela política de assistência social para pessoas vítimas de tráfico criados e fortalecidos em parcerias com os setores governamentais e não-governamentais. Ressaltou que, conforme já havia sido suscitado na reunião anterior, o DPJUS/SNJ identificou a necessidade de entender como o Ministério da Justiça e Cidadania pode colaborar com a execução da referida meta, pois a governança da execução está voltada para as atribuições do MDSA. Assim, é fundamental que os dois ministérios possam avaliar conjuntamente, já que são co-líderes e, inclusive, avaliar se faz sentido essa co-liderança que foi estipulada inicialmente.</p> <p>- O Sr. Rodrigo Delgado, assegurou que uma forma de contribuição do Departamento de Política de Justiça seria ajudando com o recorte de demanda e de acolhimento para a situação específica no território brasileiro. Saber quais os territórios no Brasil que possuem tal demanda e se esses territórios, por exemplo, possuem co-financiamento, como se pode orientar tecnicamente as unidades de acolhimento para que elas desenvolvam o cuidado necessário em face as especificidade do tráfico de pessoas.</p> <p>- A Sra. Gabriela Ferraz, representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, explicou que a SPM desenvolve um projeto chamado Projeto Fronteiras, que é desenvolvido em parceria com a sociedade civil, mais especificadamente uma organização de São Paulo chamada ASBRAD. Nesse programa tanto a ASBRAD quanto a SPM vão aos locais de fronteira ou cidades de fronteiras, fazer capacitação dos agentes, dos atores que atuam na região, tanto da área da saúde, quanto de pessoas do judiciário, assistência social dentre outras. Um número de pessoas é convocado para a capacitação e, a partir disso, é feita uma análise com base na</p>

realidade do lugar, pois é importante saber a demanda que vem exatamente da fronteira em si. Argumentou com o membro do Ministério da Defesa que falta integração, pois na operação Ágata, mencionada pelo representante, as SPM's locais não estão integradas na operação e a Sra. Gabriela considera fundamental. Logo, a representante da SPM, se coloca a disposição para uma reunião onde possam articular algumas atividades. Sobre as metas 4.A.1 e 4.A.2 colocadas como estagnadas, justificou que vão continuar estagnadas, pois só será possível o diagnóstico quando acabar o Projeto Fronteiriças, em março de 2017.

O Sr. Leônio Ribeiro, representante do Departamento da Polícia Federal, se colocou a disposição pelo departamento à Operação Ágata. E em relação à SPM, informou que também estão com ações nas unidades de fronteiras, semelhantes aos lugares onde a SPM querem criar os centros, logo, também se colocou a disposição para fazer uma reunião bilateral, parar fazer o alinhamento entre as redes de assistência e proteção à mulher e a linha de ação do DPF.

- A Sra. Musa, representante do Ministério da Saúde, expôs sobre as dificuldades do Ministério devido as mudanças políticas. Em relação à meta 3.A.13, se colocou a disposição para avançar em parcerias e para reuniões bilaterais, afim de avançar na meta.

- O Sr. Marcos Guerra, representante do Ministério do Turismo, relatou que com a mudança de gestores em seu órgão, identifica a necessidade de uma agenda bilateral, ou melhor, de uma visita do DPJUS/ETP para sensibilização da nova gestora em relação às metas do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Também relatou que a reunião bilateral seria interessante para a Tripartite dar uma perspectiva sobre a execução ou não das metas do seu ministério.

- O Sr. Milton Coutinho, representante da Divisão de Assistência Consular (Ministério das Relações Exteriores), argumentou na 3.A.18 faltou informações sobre o que se espera do relatório, quais informações que a coordenação gostaria de ver refletidas no relatório. Sobre a meta 2.D.18 relatou que pela questão das restrições orçamentárias a meta está estagnada. Reconheceu a importância da SPM como parceira na 2.D.3. E sobre a meta 2.D.9 explicou que encaminhou a lista de abrigos a parte para não dar publicidade a quem não deva ter conhecimento, visto que muitas pessoas que recorrem aos abrigos são vítimas de tráfico de pessoas ou violência, portanto, não devem ter sua localização facilitada. Reforçou a importância de um contato direto com a coordenação para ajustar, eventualmente, algo que não esteja relatado de modo ideal.

O Sr. André Barcellos, representante do Ministério do Planejamento, explanou sobre a necessidade de melhor compreensão da meta 1.A.7. E solicitou o agendamento de uma reunião com os colaboradores da referida meta, ou seja, Ministério Público Federal, Ministério do Turismo e DPJUS/ETP.

A Sra. Nilce Cunha, representante do MPF e CNMP, comunicou a produção de um guia de referência elaborado para o Ministério Público Federal, mas serve para

	<p>qualquer um que tenha interesse na temática. Ele indica todas as informações onde podem ser buscadas, onde tem a legislação nacional e internacional, então é um guia para a pessoa saber onde pode denunciar. Informou ainda não estar na gráfica, porém já está disponibilizado virtualmente na página da PFDC.</p> <p>O Sr. Rumar Azevedo, representante da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, demonstrou preocupação no sentido de querer contribuir com a meta 5.A.1, porém sentir dificuldades. E solicitou reunir-se com os demais líderes da meta.</p> <p>A Sra. Lucicleia Rollemburg sugeriu que realizassem uma reunião para verificarem como a SESGE poderia apoiar a difusão da Campanha Coração Azul durante as olimpíadas 2016.</p> <p>A Sra. Maria Angélica, representante do Ministério da Educação, informou que na linha operativa número 3, onde o ministério tem 4 metas, uma já está concluída e as outras três metas há um problema que está relatado no sétimo relatório e que persiste, que é uma articulação feita com a Universidade Federal de Pernambuco, onde estão produzindo um material muito importante, que será encaminhando para todos os profissionais da educação e a comunidade escolar, mas que precisou ser feito ajustes e o MEC está aguardando. A previsão é que o material seja distribuído ainda em 2016, mas considera que está no prazo para poder fazer chegar esse material ao sistema de ensino.</p>
<b>5)</b> <b>Encaminhamentos finais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Prazo limite para o envio de ajustes do relatório: 31/05/2016</li> <li>❖ Próximas reuniões: 20/10/2016 e 08/12/2016</li> <li>❖ Prazo limite para envio da próxima relatoria: 12/09/2016</li> </ul>